

*VERTICALIDADE E DISTINÇÃO: Anotações preliminares sobre as motivações  
subjetivas expressas na verticalidade espacial das cidades brasileiras.*

*Lúcia Leitão*

Arquiteta, Doutora em Arquitetura. Professora da pós-graduação (MDU/UFPE). É pesquisadora do CNPq e parecerista dos Cadernos de Arquitetura da PUC Minas. Na última década tem investigado o tema arquitetura e subjetividade. Entre seus trabalhos publicados destaca-se o texto premiado *Os movimentos desejantes da cidade* (1º lugar, ensaio) no concurso Prêmios Literários Cidade do Recife e menção honrosa (XI BAQ, Quito, 1998). Em 2006 ganhou o prêmio do IACE com o ensaio *Quando o ambiente é hostil*.

Residência: Rua Irmã Maria David 210/804

CEP 52061-070

Fone: (81) 3265 0806

Fax: (81) 3442 1588

e-mail: [lucia.leitao@pq.cnpq.br](mailto:lucia.leitao@pq.cnpq.br).

## VERTICALIDADE E DISTINÇÃO

---

*Anotações preliminares sobre as motivações subjetivas expressas na verticalidade espacial das cidades brasileiras*

### INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo chamar a atenção para a dimensão subjetiva da verticalidade espacial que as cidades brasileiras têm produzido, um aspecto ainda pouco explorado quando se investiga esse modo de edificar.

Para tanto, trabalha-se com a hipótese de que, para além da racionalidade do uso do solo imposta pela topografia ou pela escassez de terreno, motivações inconscientes, de natureza subjetiva, portanto, estão presentes na opção de produzir e habitar edifícios que se erguem muito acima do rés-do-chão. Sob esse ponto de vista, argumenta-se que a verticalidade, no Brasil, expressa o desejo de se fazer distinto, de demonstrar poder, de expressar prestígio, um anseio aparentemente irrenunciável na cena social brasileira —da colônia aos nossos dias, conforme se espera fazer ver com as idéias aqui esboçadas.

As referências teóricas presentes na construção do argumento vêm, principalmente, da sociologia de Gilberto Freyre e da psicanálise. Além desses autores, Nestor Goulart Reis Filho e Murillo Marx oferecem contribuições relevantes para o desenvolvimento das idéias sucintamente apresentadas neste texto.

Importa ainda informar ao leitor destas notas que o tema que se traz à luz e à reflexão aqui —arquitetura e subjetividade— se constitui no objeto de estudo que venho perseguindo nos últimos dez anos. As idéias partilhadas por meio deste texto integram pesquisa aprovada pelo CNPq em dezembro de 2006, ora em fase de desenvolvimento.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira, denominada *No mais alto lugar do sítio*, chama-se a atenção para a associação entre poder, dominação e prestígio, e a

ocupação do mais alto lugar dos sítios por edifícios fundamentais para a sociedade brasileira nos momentos primeiros da nossa história.

Na segunda, *Uma marca identitária*, explora-se, mesmo que muito brevemente, o conceito freudiano de identificação. Com isso, espera-se trazer à discussão a hipótese de que a verticalidade na cidade contemporânea se impõe menos por razões objetivas do que por reclamos e desejos eminentemente subjetivos. Em outras palavras, trabalha-se com a hipótese de que as associações *altura e poder, elevação e prestígio*, inscritas como marcas identitárias na sociedade brasileira desde os tempos idos do Brasil colônia, determinam a verticalidade que essa cidade manifesta.

## **NO MAIS ALTO LUGAR DO SÍTIO**

Embora muito resumidamente, considerando-se os limites deste texto, exploram-se a seguir três elementos que desempenharam importante papel na configuração espacial que o ambiente construído no Brasil apresenta. Com isso, pretende-se chamar a atenção para a força simbólica da ocupação do *mais alto lugar do sítio* na produção espacial brasileira.

O primeiro desses elementos aparece ainda nos primórdios do Brasil colônia e materializa-se espacialmente no *edifício religioso*. A igreja do Brasil setecentista, mesmo edificada sob a forma de uma simples capela, deveria ser erguida *no mais alto lugar do sítio*, como lembra, muito apropriadamente, Murillo Marx (1991).

Essa localização atendia, objetivamente, às Ordenações do Reino, como se sabe, e buscava assegurar uma localização privilegiada para o edifício religioso. Marx assinala que tal localização *balizava* a construção do casario, indicando, dessa maneira, o lugar secundário do espaço laico frente ao espaço sagrado —que dele deveria manter um *respeitoso* distanciamento, ainda nas palavras do autor citado.

Desse modo, como mensagem subliminar, a edificação no mais alto lugar do sítio indicava o poder da Igreja, assim como o do clero, naturalmente, na exata medida em que deixava claro o lugar inferior —real e simbólico— destinado aos fiéis que habitavam o casario.

Nesse ponto —das enunciações subjetivas do espaço edificado (cf. Michel de Certeau, 2002) —, importa não esquecer que à Igreja, em especial no contexto da Contra-reforma, era muito conveniente levar o fiel a Deus impondo-lhe o sacrifício de chegar ao alto depois de enfrentar e vencer ladeiras íngremes. Afinal, como se sabe, o sacrifício, a penitência, o sofrimento na terra sempre foram as moedas de troca para os serviços espirituais que a Igreja Católica tem oferecido aos seus seguidores.

Para o fiel, por outro lado, chegar ao alto tinha o sabor de conquista e merecimento. Afinal, no imaginário cristão há uma associação clara entre ascensão e recompensa, entre subir ao céu e receber como galardão —como uma distinção, portanto— o usufruto de um lugar parasidíaco, o conforto do seio de Abraão, em linguagem bíblica. *Bom é estarmos aqui*, disse o apóstolo Pedro quando, no momento da transfiguração, Cristo o conduziu a *um alto monte*, conforme a narrativa do evangelista Mateus, e é preciso não esquecer que Jesus *subiu* aos céus, ponto de chegada de qualquer cristão.

Frente aos objetivos deste texto convém, pois, sublinhar que a ocupação do mais alto lugar do sítio pelo edifício religioso no Brasil colônia indicava, *subliminarmente*, poder e domínio por parte daqueles que o erguiam, graça e distinção para quantos fossem nele acolhidos.

O segundo elemento a destacar aqui surge simultaneamente ao anterior na cena brasileira e se expressa materialmente na *casa-grande patriarcal*. À semelhança da igreja, também esse elemento espacial perseguia *o mais alto lugar do sítio*.

Desta feita, um outro poder e um outro tipo de dominação estavam em jogo, o poder dos patriarcas brasileiros, os “Donos das terras, Donos dos homens, Donos das

mulheres” (FREYRE, 1933, p. XXI). Nesse caso, o exercício da dominação tinha em vista não a alma do fiel, mas, sim, a exploração econômica da mão-de-obra escrava brasileira.

Uma vez mais a implantação do objeto arquitetônico aponta para dominação e poder. Também a casa-grande se ergueu, vezes sem conta, no mais alto lugar do sítio, como se pode observar nas imagens que chegaram até nós,<sup>1</sup> assim como nas narrativas que compõem parte da nossa historiografia.

Erguido no mais alto lugar do sítio, o projeto arquitetônico desses edifícios propiciava claramente o domínio que essa casa exercia na *paisagem social brasileira*, como queria Freyre. Assim, nessas casas, “As varandas se alongam / Num gesto atento e imóvel de quem espreita” [— de quem vigia, de quem controla, de quem domina—], registra Murillo Marx, uma vez mais, citando versos do poeta pernambucano Joaquim Cardozo.<sup>2</sup>

Um outro elemento projetual desse mesmo edifício ratifica a mensagem subliminar de poder e domínio que essa casa transmitia: os degraus que levavam as pessoas do ambiente externo ao seu interior, ainda que esse interior se limitasse à varanda, ou ao alpendre, para aqueles que eram estranhos à família patriarcal.

Assim, nas imagens de muitas casas-grandes é possível ver um conjunto de degraus no acesso principal. Para se chegar a casa, para ser acolhido naquele espaço de poder e prestígio, *era preciso subir*, afastar-se do nível do chão. Desse modo, também a casa-grande —onde “até hoje melhor se exprimiu o caráter brasileiro” (FREYRE, 1933, p. XXX)— se ergueu bem acima do rés-do-chão.

Essa idéia de distinção associada à ocupação dos espaços que se afastavam do nível do chão não passou despercebido a Luis Vauthier, o arguto engenheiro francês que viveu no Recife de 1840 a 1846. Diz ele:

---

<sup>1</sup> Ver GOMES, G. 1998.

<sup>2</sup> O poema *Velhas Ruas* está publicado em CARDOZO, J. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Tal como acontece a este que ora temos à vista, é quase sempre a meia encosta que fica situado o Engenho. A casa do proprietário, a *casa-grande* como dizem respeitosamente os escravos e os assalariados, ocupa o *lado mais alto do recinto*.[...] Dirigimo-nos [...] para a habitação principal, onde nossa presença foi há muito assinalada, pois a *casa domina* ao longe a planície e dois cavaleiros não passam despercebidos (VAUTHIER *apud* FREYRE, 1960, pp. 872-873, 875-876, destaques meus).

Edificada, pois, sempre em posição de evidência, a localização privilegiada desse edifício atendia, naturalmente, às necessidades de produção e de gerenciamento impostas pelas atividades desenvolvidas em torno do engenho de açúcar, fundamentais para a economia do país à época. Respondia adequadamente, do mesmo modo, a possíveis imposições da topografia do terreno. No entanto, mais do que isso, a localização no mais alto lugar do sítio, expressava, também, a necessidade de distinção da família patriarcal, um dos valores mais caros à sociedade brasileira desde então. Uma vez mais Vauthier assinala esse fato:

Se, afastando os olhos da beira-mar, estender a vista ainda além, [o viajante] distinguirá por instantes, atrás da cortina dos coqueiros ou sobre a costa de alguma colina [...] duas partes essenciais: uma, extenso telheiro, mal coberto, rasgado por inúmeras portas estreitas, em torno das quais se comprime uma população maltrapilha; outra, uma casa branca, *erguendo-se à altura de muitos degraus acima do nível do chão* e situada de modo a permitir a observação fácil de tudo quanto se passa no interior do vasto pátio de usina. *Essas construções tão diversas não são evidentemente de seres da mesma espécie*. Ele [o viajante] *lerá nos traços dessa arquitetura* que existem ali *senhores e escravos* (FREYRE, 1960, *op.cit.* p. 807, destaques meus).

Assim, outra vez na cena espacial brasileira, o espaço do poder, da distinção social dos senhores, do prestígio, se localizava no alto, tanto quanto permitia a tecnologia disponível na época. Estavam dadas as primeiras indicações de que, para a sociedade brasileira, ocupar o mais alto lugar do sítio não era apenas uma simples decorrência de condições topográficas específicas ou da necessidade de gerenciamento das atividades econômicas de então. Era preciso *distinguir as casas brancas que se erguiam à altura de muitos degraus acima do nível do chão dos simples telheiros mal cobertos* e, mais, importava *indicar*, claramente, *por meio dos traços dessa arquitetura*, onde habitavam os senhores.

O terceiro elemento a transmitir a idéia, desta vez de modo ainda mais eloqüente, de que habitar no mais alto lugar do sítio era um ideal a ser perseguido pela sociedade brasileira, surge com o *sobrado oitocentista*, a versão urbana da casa patriarcal.

No sobrado, a associação entre localização espacial e distinção social só se acentua. Edificações com vários pavimentos constituíam assim como anunciavam a habitação dos senhores de engenhos, quando esses se transformaram em moradores da cidade. Hierarquizavam, portanto, por si mesmas, a posição social do morador, *enunciando* nitidamente os valores sociais inerentes àquela sociedade.

Definiam-se com isso [com essa hierarquização espacial] as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: *habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava a pobreza.* (REIS FILHO, 2004, p. 28, aspas no original, destaques meus).

A força dessa hierarquização explícita no desprezo pelo rés-do-chão, pelo habitar o nível da rua conseqüentemente, era tamanha que o uso dado a cada nível de piso do sobrado denunciava a associação entre morar no alto e ocupar um lugar social privilegiado. Destarte, a família patriarcal, agora urbana, recusava-se a habitar os andares térreos. Assim,

“[...] os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como loja, deixavam-se para acomodação de escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários” (REIS FILHO, *ibidem*, destaques meus).

Sobre o assunto —verticalidade e distinção—, Freyre, citando o médico Lassance Cunha e o seu trabalho intitulado *A prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*, escrito em 1845, registra a força da distinção social que se fazia pela ocupação vertical do edificado edificado. Anota o autor citado:

[...] a capital do Império possuía então *três classes de meretrizes* que eram: a) –as “aristocráticas”(ou do sobrado); b) –as de “sobradinho” e as de “rotula”(sic); c) –a escória. A “escória”, formavam-na mulheres de casebres ou de *mucambos* [...] (Freyre 1990, p 159, aspas no original, destaques meus).

No século XIX, quando o espaço de morar já indicava “uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas” (REIS FILHO, *op.cit*, p. 33), a idéia de elevação acima do nível da rua ainda se mantém. Assim, nas novas habitações urbanas era o porão o espaço construído no nível da rua. Em outras palavras: habitar o rés-do-chão continuava inapropriado para a “fidalguia” brasileira.

Como se vê, a verticalidade, e com ela o distanciamento da rua, em si mesma, parece indicar, na cena urbanística brasileira, um modo de distinção social, na medida em que afasta os moradores *de antiga linhagem*, como diria Vauthier, do espaço desprestigiado da rua.

## UMA MARCA IDENTITÁRIA

A idéia de que o afastamento do nível da rua pode ser vista , também, como uma marca brasileira em seu afã de distinção, fica mais nítida quando se sabe que, em outros arranjos sociais, a casa, por mais nobre que seja, se abre à rua sem nenhum problema aparente. É o caso, por exemplo, da residência oficial do primeiro ministro britânico, um dos endereços mais prestigiados do mundo ocidental, totalmente integrada à rua (10, Downing Street, Londres).

É precisamente nesse ponto que a teoria psicanalítica, tal como a formulou Freud, oferece uma contribuição importante para que se investigue sob que artimanha psíquica a forma que o espaço edificado materializa reproduz marcas identitárias, inconscientes por definição, com repercussões importantes no modo como se edifica o espaço, conforme o argumento que norteia estas notas.

O conceito-chave da psicanálise que permite explicar o modo como se dá esse fenômeno na vida humana é o conceito de identificação. Com esse conceito, Freud, notadamente em *Psicologia das massas e análise do eu* (1920-21) desenvolveu a idéia de que cada sujeito se constitui a partir de uma relação singular —quanto à natureza— com o outro, isto é, com aquele ou aquilo que, embora anterior e exterior a esse sujeito, ainda assim o constitui (CHEMAMA, 1995).

A identificação é o mecanismo psíquico a partir do qual o sujeito<sup>3</sup> se constitui e se reconhece em sua humanidade. A idéia-força que o conceito traz à tona é a questão da imprescindibilidade do outro. A teoria freudiana dá assim eco à idéia que, a filosofia já anunciava, de que o tu precede o eu. A contribuição freudiana foi sistematizar a idéia, mostrando que esse processo se dá de modo absolutamente inconsciente.

A rigor, à luz da psicanálise, não se pode falar em sujeito sem que se considere a relação com o outro, sem que se desenvolva o processo psíquico que permite ao indivíduo sujeitar-se, isto é, tornar-se sujeito. Não se nasce sujeito, portanto. É pela experiência de existir que o ser humano tem a oportunidade de tornar-se sujeito. E é nesse processo de desenvolvimento psíquico que o outro se oferece como modelo e como espelho. Incapaz de ver seu próprio rosto —como bem assinala um personagem de *Win Wenders*, em *Lisbon Story*—, é mirando no outro, espelho simbólico, que o ser humano pode ver a si mesmo, reconhecendo-se, portanto, em sua humanidade.

Assim, embora a identificação se dê no aparelho psíquico individual, num processo singularíssimo de comunhão intrapsíquico, a idéia de que quem se identifica o faz com o que lhe é exterior constitui-se na premissa básica quando se trata de compreender a imprescindibilidade do outro nesse processo. Esse algo exterior ao sujeito, esse Outro<sup>4</sup> —ou esse *objeto de identificação*, para usar uma expressão própria da teoria psicanalítica—, no entanto, não se limita ao semelhante, nem com ele se confunde enquanto ser físico, uma vez que o vocábulo objeto,<sup>5</sup> nesse contexto, não tem o sentido de coisa concreta, materializável.

---

<sup>3</sup> Para a psicanálise, *sujeito* é o “ser humano submetido ao desejo que S. Freud descobriu no inconsciente. [Nesse sentido] é preciso distingui-lo tanto do sujeito biológico quanto do sujeito da compreensão” (CHEMAMA, 1995, p. 208).

<sup>4</sup> A palavra Outro grafada com *O maiúsculo* indica uma diferença conceitual, desenvolvida por Jacques Lacan entre o outro, o semelhante, esse escrito com *o minúsculo* e o Outro, constituído pela Cultura, pelo conjunto de comportamentos, valores e realizações que expressam a vida humana em seu conjunto.

<sup>5</sup> O vocábulo objeto, na teoria psicanalítica, não tem o sentido de algo palpável materializado, concreto. Assim, “a palavra objeto não designa a pessoa exterior do outro, ou aquilo em sua pessoa que me é dado perceber conscientemente, mas a representação psíquica inconsciente desse outro. [Nesse sentido,] o outro chamado externo, pode corresponder a uma evocação muito remota de alguém que talvez sequer tenha existido: um personagem mitológico, uma figura do romance familiar, etc., [...] percebido[s] fora de minha consciência e registrado[s] à minha revelia no inconsciente”. NASIO, Juan. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

Na teoria psicanalítica, o Outro, objeto de identificação, confunde-se com a cultura, com o conjunto de comportamentos, valores e representações que expressam a vida humana, com aquilo que, anterior e exterior ao sujeito, o determina enquanto tal. Entender o Outro sob essa perspectiva, como algo necessariamente exterior ao sujeito mas que não se limita ao semelhante, permite que se compreenda a cidade em sua expressão arquitetônica como o Outro, isto é, como sendo, ela própria, objeto de identificação para o sujeito.

Sob esse outro modo de ver, a arquitetura, por ser expressão privilegiada da cultura de um povo —assim como a língua, o folclore, a culinária, etc.— oferece-se como o Outro, isto é, como objeto de identificação e, nesse sentido, como espelho simbólico no qual o humano se reconhece em sua humanidade. Foi precisamente amparado nessa idéia que Alexander Mitscherlich, em texto instigante, em especial para os arquitetos, afirmou: “mostra-me tua casa e te direi quem és” (1970, p.168). Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao mirar o espaço edificado, o seu entorno, o ser humano reconhece nele a sua constituição interna, aquilo que o faz ser o que é, tanto do ponto de vista da subjetividade que o singulariza quanto como parte de uma Cultura na qual está inserido.

Em outras palavras, ao mirar o espaço que a arquitetura cotidianamente edifica, “a gente como que se encontra... E se lembra de cousas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós [...]”, conforme testemunho de Lúcio Costa (citado por Freyre, 1933, p. XXX), pasmo diante de algumas cidades erguidas durante o tempo do Brasil colônia, que lhe pareciam, em pleno século XX, estranhamente familiares.

À luz do conceito freudiano de identificação, é possível considerar a hipótese de que, para além das motivações racionais que justificam a opção pela verticalidade no ambiente construído do Brasil contemporâneo, motivações outras, marcadamente subjetivas, também estão presentes no momento em que se escolhe habitar no *mais alto lugar do sítio*.

Motivações que apontam para a busca de poder e *status*, prestígio e distinção, marcas identitárias da civilização que se ergueu nos trópicos, como queria Freyre, marcas que nos constituem psicologicamente, que nos fazem *brasileirinhos da silva*, seguindo uma vez mais as pegadas gilberteanas. Seguramente, uma hipótese ainda por investigar melhor no urbanismo brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, M.de A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. 7 ed. Petrópolis:Vozes, 2002.
- CHEMAMA, R. Dicionário de psicanálise. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 240 p.
- FREUD, S. Psicologia de las massas y analisis del yo. In\_\_\_\_\_ Obras Completas. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1973, pp. 2564-2610.
- FREYRE, G. Casa grande e senzala: formação da família patriarcal brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmiat, 1933.
- FREYRE, G. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990. 758 p.
- FREYRE, G. Um engenheiro francês no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- MARX, M. Cidade brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos: Edusp, 1980. 151 p.
- MARX, M. Cidade no Brasil terra de quem?. São Paulo: Nobel: Edusp, 1991.143 p.
- REIS FILHO. N. Quadro da arquitetura no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004,., 211 p.